

DESAFIOS DA EDUCAÇÃO NO BRASIL EM TEMPOS DE CRISE

O papel transformador da educação e a forte associação que existe entre o nível de escolaridade e o grau de desenvolvimento dos países são postulados amplamente reconhecidos. No entanto, como outros países ditos em desenvolvimento, o Brasil enfrenta uma “síndrome de descontinuidade” das políticas sociais, sobretudo por questões ideológicas associadas à alternância partidária nas diversas instâncias de poder. Porém, a compreensão da importância da educação aliada a uma grande vontade política abriu espaço para a continuidade de políticas estruturantes para a área da educação, a partir do primeiro mandato do Presidente Lula. O sucesso dos programas e ações com objetivos bem definidos e concertados em âmbito federativo fez prosperar o apoio à educação e, em pouco mais de uma década, o orçamento nominal do Ministério da Educação cresceu 300%, atingindo 102 bilhões de Reais.

Tal avanço orçamentário só foi possível pela concepção sistêmica de planejamento implantada pelo MEC, concebida de modo a superar considerações parcializantes das ações da educação. Esta visão sistêmica pode ser resumida no slogan “da creche à pós-graduação”, expressão incansavelmente repetida, e instrumentalizada, em todas as instâncias do Ministério, das escolas e das universidades. Uma singela expressão que dá forma ao compromisso constitucional do Estado com a educação de qualidade, cidadã e libertadora, e que compreende todo o espectro da educação. O sucesso político deste novo olhar será brevemente comentado na sequência do texto, mas há um poderoso indicador que merece destaque: o total do investimento em educação passou de 4,5 para 6,5% do Produto Interno Bruto (PIB, toda produção de riqueza do país), justamente no período de maior crescimento econômico dos últimos anos.

Um eixo da política educacional que obteve significativo impacto foi o da expansão do ensino superior. Vencidos os desafios do início de um governo com clara orientação social e a liquidação da dívida externa, o MEC lançou o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, REUNI, que teve as primeiras ações implantadas a partir do ano 2008. Foram ampliadas as vagas em cursos de graduação já existentes, criados novos cursos, especialmente com oferta no turno da noite, instalados novos campus de Universidades em cidades do interior e criadas novas Universidades. Esta notória inflexão na política de educação superior mais do que duplicou a capacidade do sistema federal e interiorizou as instituições oferecendo oportunidade de acesso à educação superior de qualidade para jovens que até a poucos anos estavam dela alijados. Hoje, são mais de dois milhões de estudantes matriculados nos cursos de graduação federais.

O apoio ao ensino superior também contemplou o sistema privado, que no Brasil responde por aproximadamente 75% das matrículas. Foram criados e reforçados dois programas oficiais de apoio financeiro para estudantes de baixa renda: o Programa Universidade para Todos (PROUNI), que concede bolsas de estudo para milhares de estudantes, e o Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (FIES), um crédito educativo para estudantes de instituições privadas com taxa de juros facilitada. Em 2015, o sistema privado contava com seis milhões de estudantes matriculados. Estes somados aos da rede pública ultrapassam os oito milhões de alunos, o que corresponde ao total de estudantes de ensino médio (os possíveis futuros universitários). Nos últimos dez anos a matrícula no ensino superior cresceu mais de 75%.

A expansão do sistema, missão complexa e demandante de recursos e de alternativas curriculares e organizacionais, foi acompanhada da principal política de inclusão já realizada no país, a chamada “política de cotas”. Trata-se da reserva de vagas para estudantes de baixa renda, oriundos do

ensino médio público e com recorte étnico para beneficiar pretos, pardos e indígenas. Esta ação de discriminação positiva teve início espontâneo em algumas universidades federais a partir de 2005, com diversas formulações: reserva de vagas para alunos negros, independente de renda ou de escola de origem; reserva para egressos de escolas públicas, com recorte étnico-racial; e uma combinação de critérios. Coube ao MEC trabalhar pela aprovação de lei federal que instituiu a obrigatoriedade das cotas, implantadas paulatinamente até o ano 2015. Assim, o acesso à educação como instrumento de construção de cidadania e de libertação começa a reparar processos de exclusão construídos desde a colonização e a formação multicultural do país.

Hoje, metade de todos os ingressantes na educação superior é egressa de escolas públicas e metade destes são estudantes de baixa renda. Outro ilustrativo recorte é o de estudantes auto-declarados negros e pardos, que respondem pela metade dos cotistas. Como a reserva de vagas atinge todos os cursos superiores, é notável a mudança produzida pela ação afirmativa, especialmente nos cursos mais prestigiados e disputados tradicionalmente, quase inacessíveis a um número significativo de estudantes com o perfil da ação afirmativa. Já o percentual de vagas reservadas a estudantes indígenas varia entre as universidades devido às diferenças no total destes nas distintas regiões do país.

O binômio “expansão e cotas” traz, inevitavelmente, o questionamento da qualidade. Estaria o país massificando o ensino superior com o sacrifício da qualidade do sistema público? Os ainda poucos estudos disponíveis trazem evidências de que: a) os cotistas podem ter um desempenho inicial inferior àquele dos que ingressam pelo acesso universal, mas esta diferença é totalmente recuperada até o final do curso; b) as taxas de abandono são menores entre os cotistas; c) os indicadores do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) demonstram que o conjunto das universidades vem crescendo em qualidade ano após ano, independentemente da política de cotas. Este tema renderia vários artigos, mas a mensagem central é a de que a política de cotas melhorou as instituições, que agora têm o colorido e a marca da inclusão, da tolerância e da convivência num ambiente em que a excelência acadêmica segue sendo construída.

Outros dois importantes eixos de desenvolvimento na política educacional são a educação básica e a profissionalizante. Em 2006 o Fundo de Apoio a Educação Básica (FUNDEB), passou a dar cobertura a todas as etapas da educação básica, i. e., educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, explicitando o compromisso da União com a complementação de recursos para estados e municípios. Convertido em verdadeira política de Estado, seu orçamento mais do que duplicou em dez anos e atingiu 120 bilhões de Reais no ano 2015; a partir de critérios de discriminação positiva, vem buscando atingir equidade no financiamento à educação, reduzindo as assimetrias regionais, além de induzir o combate às desigualdades entre as unidades escolares de cada ente federativo.

A qualidade da educação básica, certamente um dos gargalos que o País precisa resolver, também mereceu especial atenção. Em articulação com o INEP foram desenvolvidas diversas bases de informação para o planejamento, como o Censo Escolar e provas de avaliação do desempenho de estudantes, capazes de detalhados elementos diagnósticos da situação para embasar correções e melhorias nas políticas setoriais como na formação de profissionais da educação e na gestão institucional. Entretanto, estes instrumentos têm ainda limitado uso no planejamento articulado entre os entes federados como no âmbito de cada um destes e dos estabelecimentos escolares. Pelo contrário, mormente têm servido a uma “política de números”, com a publicação de rankings que desprezam a análise de fatores socioeconômicos e culturais como os relativos às condições do trabalho escolar, ou com rasas interpretações de supostos efeitos de determinadas políticas e programas governamentais. Todavia, é notório o crescimento da capacidade técnica nacional na produção de pesquisas e indicadores para o debate sobre as políticas educacionais, nos seus diversos aspectos. A popularização de informações associadas ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), indicador composto com o Censo Escolar e a Prova Brasil, é exemplar de certos desafios que o

Brasil enfrenta na definição e na (des)continuidade das políticas educacionais como na apropriação formativa para uma “política com números”.

Na interface entre o ensino médio e o superior encontramos o Exame nacional do Ensino Médio (ENEM). No período em tela, houve a consolidação deste exame, como elemento diagnóstico da qualidade do ensino médio e como exame seletivo para ingresso na universidade. Hoje, o ENEM é a principal porta de acesso às universidades federais, sendo também utilizado por universidades estaduais, várias instituições privadas e mesmo universidades de outros países. Esta ação corrige várias distorções causadas pela aplicação de concursos vestibulares isolados de cada universidade, além de propiciar mobilidade interna de estudantes e o melhor aproveitamento de vagas ociosas.

O ensino tecnológico e de formação técnico-profissional passou por etapa de singular evolução, com a expansão da rede escolas técnicas federais e a qualificação de instalações e corpo de docentes, técnicos e administrativos nas então existentes, até a criação dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia (IFET). Foram criadas 38 instituições e estabelecidos mais de 400 campi em todo país, especialmente em regiões estratégicas e economicamente deprimidas, com efeitos sobre o desenvolvimento regional já perceptíveis.

Motivados pelos importantes avanços conquistados e cientes dos enormes desafios ainda presentes, a comunidade da educação, agentes públicos e o terceiro setor construíram, coletivamente, o segundo Plano Nacional da Educação 2014-2024. O Plano é composto por vinte metas que inauguram novo ciclo da política educacional sob a coordenação do MEC. O escopo desta apresentação não permite detalhar a riqueza e o alcance deste que, mesmo sendo apenas o segundo Plano Nacional do país, representa a real possibilidade de mudar o patamar da educação brasileira de modo compatível com as necessidades sociais, econômicas e culturais do século 21. Da mesma forma, deixaremos de comentar os importantes projetos com foco na formação de professores e o grande programa de internacionalização do ensino superior, o conhecido “Ciência sem Fronteiras”.

A grave crise econômica que abala o Brasil desde o ano 2015 já produziu efeitos de grande impacto para a vida do país. Pela primeira vez, neste século, o orçamento da educação não foi integralmente executado e parte das despesas das universidades foi transferida para o ano seguinte. Com o impedimento da Presidente eleita e a confirmação de um governo que traz um novo ideário político, há um cenário de incertezas e de disputas radicalizadas que também se instalam em posições sobre políticas educacionais. A partir do diagnóstico de que o déficit da Previdência, o crescimento da dívida interna e o aumento do gasto público são os pilares da crise, o novo governo articula reformas e medidas econômicas e estratégicas para recompor a economia, retomar o crescimento e criar empregos, em outras bases.

Algumas correntes político-ideológicas buscam retomar o debate sobre a cobrança de taxas nas universidades públicas, que há muitos anos praticam a gratuidade, baseadas no antigo argumento de que estas sejam acessíveis apenas a camadas economicamente privilegiadas. Ora, como já brevemente informado, esta é uma falsa premissa, pois mais de 60% dos estudantes matriculados nas universidades federais tem origem em famílias com renda média inferior a um salário-mínimo/pessoa.

De outra ordem de complexidade é a Proposta de Emenda Constitucional (PEC), que limita o gasto público pelos próximos vinte anos, ora em apreciação no Congresso Nacional. Esta PEC cria um teto para os gastos do Governo Federal, limitando sua correção à inflação do ano anterior. O grande esforço político em defesa de tal proposta só não é maior do que o profundo questionamento das comunidades acadêmicas e da ciência e tecnologia quanto aos prováveis impactos de sua aprovação sobre os investimentos sociais. Correntes ligadas a movimentos sociais estão ocupando escolas e universidades em defesa da educação, docentes e servidores técnicos estão se mobilizando

e associações científicas organizam e divulgam documentos a demonstrar que a PEC ameaça o desenvolvimento da ciência no Brasil, vai de encontro à independência dos poderes legislativo e judiciário, e ameaça a soberania nacional.

Os artigos deste dossier abordam alguns aspectos relevantes no cenário educacional brasileiro: a discussão da laicidade do ensino, questões de gênero, o papel da tecnologia na educação artística, aspectos da história dos movimentos sindicais nos governos militares e interiorização da educação superior pública. São contribuições originais que permitem apreender o multifacetado cenário da educação no Brasil, lócus de um verdadeiro turbilhão, recente e inconcluso. As reflexões vêm no sentido de problematizar e enriquecer a discussão de alguns temas que ainda não ocupam o palco principal, hoje dominado pelas questões do financiamento e de propostas de reformas no ensino médio.

São inegáveis os avanços conquistados em matéria de educação nos últimos dez anos - ampliação das matrículas, inclusão de parcelas da população com dificuldade de acesso e avanços na qualidade com perspectiva equitativa. As dificuldades econômicas e o novo cenário político fazem deste um momento de muita tensão, que clama por mobilização e diálogo visando à definição das políticas e projetos educacionais para a consecução das metas do PNE. Tendo conquistado um novo patamar, é fundamental que a educação siga recebendo a necessária prioridade para exercer seu papel transformador e libertador que impulsiona o desenvolvimento das pessoas e do País.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira [<http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>].

Plano Nacional de Educação [<http://pne.mec.gov.br/programas-metas>].

Câmara do Deputados do Brasil [<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idPrOposicao=2088351>].

COORDENADORES

Carlos Alexandre Netto

Professor do Dep. de Bioquímica da
Universidade Federal do Rio Grande
do Sul (UFRGS, Brasil)

netto@gabinete.ufrgs.br

Maria Beatriz Luce

Professora de Política e Administração
da Educação da Universidade Federal
do Rio Grande do Sul (UFRGS, Brasil)

lucemb@ufrgs.br